

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N° 874/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, Considerando a previsão do § 2º do art. 3º da lei 14.813, de 14 de dezembro de 2010, Considerando, ainda, a aprovação da Resolução nº 03/2011, na Sessão do Tribunal de Pleno, de 16 de junho de 2011, que cria e define as funções do Conselho Editorial,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor o Conselho Editorial do Tribunal de Justiça, os seguintes magistrados: DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRAS MENDES, como Presidente, DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA, DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, DR. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES e o DR. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, como membros, devendo cumprir um mandato de 2(dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 2º O Presidente do Conselho Editorial deverá convocar os membros para a primeira reunião até 30 dias após a publicação desta Portaria, a partir de então deverá a mesma se reunir ordinariamente a cada 3(três) meses e extraordinariamente quando convocada por seu Presidente.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de junho de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL

PORTARIA N° 872/2011 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8510737-41.2011.8.06.0000, RESOLVE lotar ANA VIRGINIA BARRETO LIMA TEIXEIRA, Técnico Judiciário, Matrícula nº 13123.1/6, anteriormente lotado na Diretoria de Correições da Corregedoria Geral de Justiça, na Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, sem prejuízo da gratificação pela execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9826, de 14 de maio de 1974, que percebe. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de junho de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA N° 864/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições contidas na Lei estadual nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de agosto de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o Adicional de Especialização – AE no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento-base, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 27 do mês de junho de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº864/2011
(Adicional de Especialização de 10% sobre o vencimento-base)

| Nº DE ORDEM | MATRÍCULA | SERVIDOR | CARGO | LOTAÇÃO | MESTRADO | INSTITUIÇÃO DE ENSINO | VIGÊNCIA | Nº DO PROCESSO |
|-------------|-----------|--------------------------------------|---------------------|------------------------|-------------------------|--------------------------------|----------|---------------------------|
| 1 | 5615 | MARIA LUCIA PINHEIRO GARCIA DA SILVA | ANALISTA JUDICIÁRIO | FÓRUM CLOVIS BEVILÁQUA | MESTRE EM SAÚDE PÚBLICA | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ | 16/12/10 | 4401348-26.2010.8.06.0001 |

PORTARIA N° 813/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e dando cumprimento à decisão do Conselho Superior da Magistratura em sua Sessão Ordinária de 09 de maio de 2011, ao apreciar o pedido constante do Processo Administrativo nº 8508576-58.2011.8.06.0000, em face do impedimento da Dra. Cynthia Nóbrega Pereira, Juíza Substituta da Comarca de Santana do Acaraú, declarada no Termo Circunstanciado de Ocorrência de nº 45-18.2010.8.06.0161/0, em trâmite na referida comarca,

RESOLVE designar o Dr. CÉSAR DE BARROS LIMA, Juiz de Direito da Comarca de Acaraú, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no Termo Circunstanciado de Ocorrência de nº 45-18.2010.8.06.0161/0, tendo como partes MARIA LUZANETE DA